

## A PRUDÊNCIA DOS SÁBIOS

“Faça como o velho marinheiro,  
que durante o nevoeiro,  
leva o barco devagar”  
*Paulinho da viola*

No Brasil, o espiritismo fez-se uma máquina de vender livros; ao privilegiar esse modo de manter suas atividades, as instituições espíritas passaram a depender desse comércio. Em sua linha editorial majoritária, essas obras produzem um tipo religioso desconfiado da ciência e do debate crítico. Assim, as crenças difundidas pelas editoras espíritas e seus interesses financeiros entranharam-se solidários na estrutura e mentalidade do espiritismo nacional, tornando-se tão prevalentes que reflexões e iniciativas críticas independentes passaram a ser tolhidas liminarmente.

Um caso particular ilustra esse quadro: desde 1981, tendo como pano de fundo a abertura política, um livro intitulado *Confidências de um inconfidente* ganhou paulatina importância nas lides espíritas, texto que a médium Marilusa Moreira de Vasconcellos afirma ter psicografado de Tomás Antônio Gonzaga, poeta português e inconfidente mineiro de 1789. Esse livro tornou-se um *best-seller* espírita, influenciando milhares de pessoas por todo o país; não há como passear nas cidades históricas de Minas Gerais sem ver alguém com um exemplar, procurando observar os aspectos sugeridos pelo texto espírita – o seu sucesso é imenso. A médium mostrou possuir também um grande tino comercial, fundando a editora Radhu, cujo carro chefe é a obra citada – além de outros livros, CDs e demais produtos dela derivados, como pode ser visto no site da empresa. Todavia, esse empreendimento, hoje bastante bem-sucedido, talvez tenha pés de barro.

O núcleo deste artigo consiste em um pequeno estudo das similaridades existentes entre o texto pretensamente ditado pelo espírito de Gonzaga e um ensaio do escritor mineiro Augusto de Lima Jr, a *Pequena história da inconfidência de Minas Gerais*, de 1955. Mas há também similaridades com o plano do conto de Orestes Rosólia, chamado *Marília, a noiva da inconfidência*, de 1933, e similaridade com a hipótese da compilação de artigos dos anos setenta de Isolde Helena Brans Venturelli, intitulada *Profetas ou conjurados*, publicada em 1982 – por ocasião da redação inicial deste artigo, esses livros estavam fora de catálogo há muito tempo, mas com perseverança podiam ser encontrados em sebos.

Com grande originalidade, no conto de Rosólia, a própria Marília de Dirceu anima o “embuçado”, um personagem histórico cuja identidade permanece desconhecida e que, em uma noite de 1789, vestido de modo a não ser identificado, avisou alguns inconfidentes de seu aprisionamento iminente; essa hipótese não encontra apoio nos documentos da conjuração mineira, mas justifica-se artisticamente, pois Marília protagoniza a ficção do escritor paulista. Contudo, no livro de Vasconcellos, obtido alegadamente por psicografia, método que se pretende útil para a investigação histórica, a noiva de Gonzaga é também o embuçado. Na trama de Rosólia, um amor não correspondido e ressentimentos femininos levam Gonzaga à perda, enquanto no livro de Vasconcellos esse enredo repete-se. Em sua única passagem com pretensão histórica, o escritor paulista sustenta também outra hipótese sem amparo documental: Cláudio Manoel da Costa não teria se suicidado – tratar-se-ia de “um episódio que até hoje nem todos souberam compreender” – mas teria sido morto a mando do governador de Minas, pois Barbacena temeria a inclusão de seu nome entre os inconfidentes, e Costa insinuou envolvê-lo. Essa posição é integralmente mantida no livro de Vasconcellos (dois documentos informam a morte de Costa por suicídio: o laudo dos médicos e uma carta de Barbacena ao vice-rei. Mas nesse caso, alguns historiadores também desconsideraram o método histórico documental, preferindo dar crédito a alguma das variadas versões orais sobre o episódio).

Em sua compilação, Venturelli sustentou a hipótese de que Aleijadinho esculpiu a figura de alguns inconfidentes no Adro dos Profetas de Congonhas do Campo/MG; com uma relação de nomes diversa, essa posição é rerepresentada no texto de Vasconcellos.

Contudo, é no ensaio de Augusto de Lima Jr que se encontram as evidências mais claras de similaridades do escrito de Vasconcellos com um livro já publicado, fato que legitima a dúvida sobre a alegada autoria de Gonzaga por psicografia.

## SIMILARIDADES

- i) Expressões ou frases semelhantes (sublinhadas);
- ii) expressões ou frases coincidentes em um mesmo contexto (negritados);
- iii) reordenação de frases semelhantes (associadas por letras).

φ

### Livro I

Lima Jr., Augusto de; *Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 2ª edição do autor, v. I, 1955.

### Livro II

Vasconcellos, Marilusa Moreira de; *Confidências de um Inconfidente*. São Paulo: Radhu, 12ª edição, 1987.

φ

Livro I, pp. 89-90.

“(a) **Silvério dos Reis nasceu em 1756** na freguesia de Montereal, vizinha da cidade de **Leiria** [...]. Era (b) **filho do capitão João Antônio dos Reis Montenegro e de D. Tereza Jerônima Vidal Figueiredo**. [...] (c) **Era aparentado com a família Vidal de Barbosa** e já tinha outros parentes em Minas **quando se resolveu a partir para o Brasil, em data que se não sabe com precisão**, mas que se supõe ter sido pouco antes de **1776**. [...] (d) **Começou negociando entre o Rio de Janeiro e as Minas, donde lhe vieram aquelas arrobas de ouro** e, em poucos anos, **apareceu dono de fazendas**, entre elas a que é hoje a **Colônia de Alienados, na atual estação de Sanatório da Estrada de Ferro Central do Brasil**”.

Livro II, p. 225.

“(a) **Silvério dos Reis era jovem, de trinta e poucos anos**, português nascido em **Leiria**, (b) **filho do capitão João Antônio dos Reis Montenegro e D. Teresa Jerônima Vidal Figueiredo**. (c) **Era parente da família de Domingos Vidal Barbosa, e chegara ao Brasil mais ou menos em 1776**. (d) **Começara negociando entre Rio de Janeiro e Minas donde lhe vieram muitas arrobas de ouro, com que fora comprando fazendas** da Borda do Campo. Por ironia do destino esta região é hoje a **Colônia dos Alienados, na atual estação do Sanatório, da Estrada de Ferro Central do Brasil**”.

φ

Livro I, pp. 89-90.

“**Silvério dos Reis (a) foi associado ao seu irmão João Damasceno dos Reis Figueiredo, muito conhecido por João das Massadas, por ser extremamente prolixo no falar**. [...] desde os comêços de sua vida no Brasil, deixou logo entrever as falhas do seu caráter e (b) **a dureza do seu coração**. De fala fina, **untuoso de maneiras**, em tudo metia a sua inata velhacaria que porejava em todos os negócios em que se envolvia. Ora (c) **exercendo a agiotagem**, ora especulando com a boa-fé dos que aceitavam (d) **negócios com êle, gastador sem conta, somente cuidava de si**. [...] Por onde andava levava sempre consigo (e) **um psaltério, com que se acompanhava nas cantorias que eram muito do seu agrado**, pelas fazendas de conhecidos e estalagens, considerando-se talvez um artista de valor. (f) **Psaltério era um pequeno instrumento de música, semelhante a uma cítara**, composto de uma caixa **de madeira triangular**, com duas aberturas, como as dos violões de hoje, **tendo treze cordas de ferro**”.

Livro II, p. 225

“(a) Seu irmão era seu sócio e chamava-se **João Damasceno**, mas era apelidado João das Maçadas, por ser sempre muito enrolado ao se explicar, já que seus (d) **negócios** só tinham o fido de enganar os outros a seu proveito. Eram ambos malquistos, pois (b) **duros de coração, untuosos nas maneiras**, exagerados no luxo dos trajes, dissimulados, (c) **exercendo a agiotagem** entre os pobres, a lhes tirar o pouco que tinham. Além disto gostava de se fazer, aos olhos das damas, de inteligente e músico e estava quase sempre a tocar (e) **um psaltério, que era semelhante a uma cítara, de madeira e triangular, com treze cordas de ferro**, e (f) no qual se acompanhava nas cantorias de Portugal, que eram muito de seu agrado”.

φ

Livro I, pp. 117-118.

“(a) Convém então explicar sucintamente aos poucos familiarizados com os fatos de nossa História, as modalidades do sistema fiscal vigente em relação ao ouro. (b) **Descobertas as minas de ouro, em 1696, estabeleceu-se**, desde logo, **o regime dos Quintos**, conforme o Alvará de 1557, (c) que determinava que todos os metais extraídos das minas, depois de fundidos e apurados, se retirasse uma quinta parte para o rei. [...] (d) Pelo Bando de 18 de abril de 1701, foram criados registros para fiscalização, nas travessias para a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. (e) Em 1713, [...] fixou-se em trinta arrobas de ouro, ou sejam **quatrocentos e cinqüenta** quilos, **a contribuição** ou Finta, que caberia à Corôa. Por êsse regime, ficava livre a circulação do ouro. Até 1718 esteve em vigor êsse sistema de contribuição, quando nesse ano, (f) foi baixado a vinte e cinco o número de **arrobas**, passando o fisco a cobrar impostos de importação sôbre tôdas as **mercadorias que fôssem introduzidas no território das Minas**”.

Livro II, pp. 217-218.

“(a) É mister que abramos um parêntese para explicarmos, nem que **sucintamente**, os ânimos dos povos das Minas. [...] (b) Desde que as Minas foram descobertas em 1696, estabeleceu-se o regime dos quintos, (c) nos quais se estipulava que todos os metais, depois de fundidos, uma quinta parte iria para o Reino. (d) A partir de 1701 foram criados registros de fiscalização, nas travessias para Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. (e) A partir de 1713, passou-se a exigir uma contribuição anual de quatrocentos e cinquenta arrobas (?) de ouro por ano. Anos depois, tal contribuição (f) baixou para vinte e cinco arrobas, e começaram os impostos das mercadorias ao longo do caminho para compensar a diferença”.

φ

Livro I, p. 118.

“(a) Em 1732 [...] passou-se ao regime de “capitação”, isto é, (b) pagava-se a quota fixa de 17 gramas de ouro, ou seja 4,75 oitavas, **por batéia ou por negro empregado** no trabalho das minas. (c) Êsse impôsto mostrou-se, imediatamente, ruinoso para os mineiros, porquanto, embora o resultado de uma lavra não fôsse compensador, o tributo era arrecadado e o minerador via agravado o seu insucesso, muitas vêzes ficando totalmente arruinado. Foi (d) devido a êsse sistema tributário, que tão depressa se apresentou a decadência da indústria mineira”.

Livro II, p. 218.

“(a) A partir de 1732 passou-se o regime de “capitação”, (b) pagando-se uma cota fixa de 17 gramas de ouro por batéia, ou negro empregado nas minas. (c) Foi então, que a desdita do povo aumentou, porque, desse ou não a mina, a cobrança era feita, muita vez com violência por parte dos soldados. (d) Devido a isto deu-se a decadência das minas, o empobrecimento da população”.

φ

Livro I, p. 124.

“(a) Fôra a última derrama lançada em 1773. De 1774 a 1778 acentuava-se o declínio das arrecadações”.

Livro II, p. 218.

“(a) A última derrama fora lançada em 1773, e desde então, havia um decréscimo na arrecadação”.

φ

Livro I, p. 125.

“(a) Convocou Barbacena a Junta da Fazenda que se reuniu sob sua presidência, em Vila Rica, (b) em 17 de julho de 1788. Numa larga exposição, [...] insistiu o Visconde em que se lançasse uma derrama, que cobrasse o acumulado “déficit” e (c) que nessa data atingia a quinhentas e trinta e oito arrôbas, ou seja, três mil, trezentos e cinco contos, quatrocentos e setenta e dois mil réis, valor do tempo. Argumentava o Visconde de Barbacena (d) que não se devia crer em decadência das Minas”.

Livro II, p. 219.

“(b) 17 de julho de 1788, (b) o visconde de Barbacena falara abertamente a todos os senhores deputados da Câmara (c) que se devia deixar de lado a idéia de um empobrecimento das Minas que impedisse a cobrança dos impostos atrasados, (d) que somavam a quinhentas e trinta e oito arrobas de ouro, a contar de 1773, àquela data, ou seja, três mil, trezentos e cinco contos, quatrocentos e setenta e dois mil réis, valor do tempo”.

φ

Livro I, pp. 153-154.

Tiradentes, “(a) no dia 15/04/1789, (b) montado no seu machinho rosilho e munido de uma licença de serviço, (c) chegava ao Rio de Janeiro [...]. (d) Na fazenda das cebolas (Paraíba do Sul) arranchou-se com um outro viajante, o furriel da guarnição do Rio de Janeiro, (e) Manoel Luís Pereira. Conversou com êle longo tempo, apregoando as vantagens de um levante [...]. Êsse furriel (f) adiantou-se no caminho e logo que chegou ao Rio de Janeiro foi contar (g) o encontro dêle com o alferes de Minas, ao vice-rei Luís de Vasconcelos. Ia viajando com Tiradentes (h) o alferes Matias Sanches Brandão”.

Livro II, p. 242.

Tiradentes “estaria já quase a (c) chegar ao Rio de Janeiro, (b) com seu machinho rosilho e seu companheiro e amigo (h) o alferes Matias Sanches Brandão [...] e, por certo, teria parado (d) na Fazenda das Cebolas, na Paraíba do Sul, com seu escravo, mulato. Mas defecções não faltavam. Enquanto o alferes ia aliciar gente, um homem de nome (e) Manoel Luís Pereira, que o ouviu, tomou partido oposto e (f) correu ao Rio a dar (g) ao vice-rei as falas do alferes. Esperávamos que ele (c) chegasse ao Rio (a) em meados de abril”.

φ

Livro I, pp. 157-158.

“(a) Tiradentes percebeu que estava perdido diante do modo dissimulado com que lhe falava o fidalgo. Logo ao sair do palácio do vice-rei (b) encontrou-se com Joaquim Silvério que (c) por ali perto o espreitava. [...] [Silvério] concluiu informando-o de (d) que sua prisão estava iminente e que nada mais poderia o alferes aguardar, senão a hora de (e) ser metido n'algum calabouço. (f) Suspeitou Tiradentes, por um instante, da lealdade de Joaquim Silvério, vendo-o tão bem informado do seu destino próximo”.

Livro II, p. 245.

“Do lado de fora da sala (b) encontrou casualmente o alferes Xavier o Silvério dos Reis, que, para não pensasse o outro (c) que o estava vigiando, avisou-o que seria preso: - Trates de fugir, e esconder-te, porque sei, por falas de gente séria, (d) que serás preso muito breve e (e) te conduzirão a calabouço – falava o (f) Silvério, tentando, por este modo, desarmar qualquer dúvida que o alferes tivesse de si, e, por este modo, saber dos seus projetos e pôr-se a salvo. (a) Joaquim José da Silva Xavier percebeu o que já adivinhara. O vice-rei não lhe permitiria sair do Rio porque o prenderia”.

φ

Livro I, p. 158.

Tiradentes “(a) foi avistar-se com um **seu amigo** e talvez sócio de maçonaria, o **capitão Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes**, oficial da Legião de Voluntários Reais de São Paulo, a quem narrou as suas dificuldades e pediu auxílio em tão delicadas circunstâncias. Lembrou-se Rego Fortes de (b) esconder o alferes numa fazenda de um seu amigo, o **mestre de campo Inácio de Andrade Souto Maior Rendon**, que possuía uma fazenda em Marapicú, de onde, com facilidade, Tiradentes poderia ganhar o caminho das Minas. [...] (c) [Fortes] escreveu uma carta a Manuel José de Miranda [...]. Miranda obteve ainda um guia de confiança para conduzir o alferes até o Piabanha, de onde, com facilidade, tomaria o caminho da fazenda do Marapicú e de lá para Minas. Enquanto se tratava disso, exclamava Tiradentes aos que o estavam ajudando: (d) “**Ah! Se me apanho em Minas!**”.

Livro II, p. 245.

Tiradentes “(a) procurou seu amigo e “Irmão”, o **capitão Manuel de Sá Pinto do Rego Fortes**, que era oficial voluntário de São Paulo. Resolveu-se este a (b) escondê-lo na fazenda de um outro companheiro, o mestre de campo Inácio Andrade Souto Maior Rendon, em Marapicú, de onde, facilmente, o alferes ganharia os matos das Gerais, fugindo e erguendo Minas. (c) [Fortes] escreveu, pois, uma carta ao Sr. Manuel José de Miranda, com esta finalidade, que o faria levar até o Piabanha, de onde, com facilidade, chegaria à fazenda. Percebendo agora que tinha que agir com presteza, o alferes já ideava a conjura em Minas, dizendo com entusiasmo: (d) “**Ah! Se me apanho em Minas!**”.

φ

Livro I, p. 160.

“(a) **Rego Fortes, que era militar**, já não pôde obter salvo-conduto para deixar o Rio de Janeiro e (b) ficou aguardando a sua prisão, o que logo se verificou daí a dias. [...] (c) **Com a roupa do corpo e o bacamarte**, tratou Tiradentes de ocultar-se. (d) Numa travessa da rua da Alfândega morava uma viuva de 57 anos de nome Inácia Gertrudes de Almeida, que tinha uma filha já moça que, estando muito doente de uma chaga cancerosa numa perna, fôra curada com uma “água milagrosa” pelo alferes Joaquim José, numa de suas viagens ao Rio de Janeiro”.

Livro II, p. 246.

“(a) **Rego Fortes, que era militar**, não se arriscou a seguir, pois estava sendo vigiado. (b) Naqueles dias, [...] [Tiradentes, perto da casa de Fortes,] viu que uma guarnição de dragões a cercava e que o capitão era levado preso por aqueles homens. [...] (c) [Tiradentes] só **com a roupa do corpo e com o bacamarte**, [...] (d) lembrou-se então de uma viúva que o recebia sempre com muito agrado, pelo bem que lhe fizera em curar uma chaga cancerosa da perna de sua filha. Correu para a rua da Alfândega, em uma travessa onde esta morava”.

φ

Livro I, p. 160.

“(a) Expôs-lhe o Tiradentes a situação desgraçada em que encontrava e pediu-lhe abrigo, até poder fugir para Minas. (b) Perturbou-se a pobre senhora com o pedido do alferes, (c) pois sendo **casa** em que moravam apenas duas mulheres, isso não ficaria bem às suas reputações; mas, não vendo como recusar-lhe o auxílio em condições tão aflitivas, (d) procurou Dona Inácia um seu compadre e amigo, o ourives Domingos Fernandes, que era o marcador de prata e contrastador da cidade, que embora sabendo dos perigos a que se expunha, aceitou abrigar o foragido. (e) **Morava Domingos Fernandes com dois escravos, na rua dos Latoeiros** [...]. Foi intermediário dessa providência, (f) um sobrinho de dona Gerturdes, o padre Inácio Nogueira, que tomou as providências para que lá fôsse ter (g) o alferes Joaquim José, como foi, às dez horas da noite de sete de maio de 1789, com tôdas as cautelas possíveis”.

Livro II, p. 246.

“(b) D. Inácia Gertrudes de Almeida o recebeu, mas ficou perturbada, porque (a) o alferes lhe disse sem reboços que andava a ser preso pelo vice-rei, e aguardá-lo em casa era crime passível de pena, bem como (c) a vizinhança poderia falar, já que eram **duas mulheres sozinhas** a receber um homem em **casa**. **Mas** (d) D. Inácia lembrou-se do ourives solteiro, que lhe devia também favores e tinha amizade pelo alferes, o Sr. **Domingos Fernandes** podia guardá-lo bem, sem que murmurasse. Enquanto filha ia chamar (f) o sobrinho de D. Gerturdes, o Pe. Inácio Nogueira, (g) Tiradentes aguardou oculto. Às dez horas da noite, do dia sete de maio de 1789, ocultos por

capas e capuzes que o bom padre conseguira no convento, foi Tiradentes para (e) a casa do ourives **Domingos Fernandes da Cruz, na rua dos Latoeiros**".

φ

Livro I, pp. 161-162.

“(a) **O escravo [de Tiradentes] foi preso, pôsto a torturas**, para dar notícias do seu senhor [...]. No dia seguinte (b) o padre Inácio Nogueira, a pedido de dona Inácia, foi levar ao alferes alguma roupa. (c) Tiradentes, que ignorava a miserável traição de Joaquim **Silvério** dos Reis, **pediu ao padre Nogueira que procurasse êsse falso amigo a fim de obter notícias do que se estava passando**. No dia seguinte, (d) **foi o padre Inácio Nogueira ter com Joaquim Silvério** na casa de morada dêste e conversaram animadamente, (e) empenhando-se Joaquim Silvério em saber onde se achava escondido o alferes Joaquim José. Com habilidade excusou-se o padre, alegando ignorar, mas, (f) quando conversavam ali chegou em visita a Joaquim Silvério o padre José de Bessa. (g) Saindo o padre Nogueira, [...] (h) procurou obter da ingenuidade do padre Bessa a informação do paradeiro do Tiradentes. Mais uma vez enganara o padre, (i) dizendo que desejava saber do esconderijo do alferes, para levar-lhe socorro. Como Bessa informasse que apenas o padre Inácio Nogueira (j) sabia do local em que se encontrava Tiradentes, tratou **Joaquim Silvério de denunciar o padre Nogueira ao vice-rei** [...]. (l) **O padre Nogueira [...]** se viu prêso por dois soldados granadeiros, que o levaram logo à presença do vice-rei Luís de Vasconcelos. [...] (m) Cedeu o padre, apavorado com o aparato do vice-rei”

Livro II, p. 247.

“(b) Tiradentes foi procurado pelo Pe. Inácio Nogueira, que lhe viera da parte da tia a trazer umas roupas, com que pudesse fugir. (c) Pediu-lhe que procurasse o Silvério para saber notícias de Minas. [...] (d) **Foi o padre com este móvel ao encontro do coronel**, mas, (e) ao vê-lo insistir tanto em saber o paradeiro do Tiradentes, ocultou-lhe isto e (g) saiu. (f) Neste mesmo tempo chegou outro padre, o José de Bessa, que (h) foi inquirido pelo Silvério a respeito do paradeiro do alferes: - Sou-lhe muito chegado, e (i) como me pedisse outro dia dinheiro para ir às Minas, e não o tendo no momento, conto levá-lo agora, que o consegui com amigos – comentou o coronel. Desconfiado dos seus modos, do mesmo jeito, José de Bessa respondeu: - Nada sei quanto a isto, e se o Pe. Nogueira não te disse, deve ter suas razões. Chamado aos brios daquelas falas, (j) o intrigante português deu ciência ao vice-rei que somente o Pe. Inácio Nogueira sabia ao certo onde se escondera o Tiradentes. (l) Encontrado que foi o padre, foi conduzido à presença do vice-rei, Sr. Vasconcelos e Souza e depois a ver em que estado ficaria logo se teimasse em calar. Aos seus olhos uma cena ultrajante: (a) **o escravo de Tiradentes, nu, preso de ponta-cabeça, com o corpo cheio de machucaduras causadas por torturas cruéis** [...]. (m) **Apavorado, o pobre padre viu que nada mais poderia fazer**”.

φ

Livro I, p. 162.

“(a) O comandante (b) da escolta gritou para dentro [da casa], (c) intimando o alferes Joaquim José, em nome do vice-rei, a entregar-se à prisão. (d) **Tiradentes**, que se encontrava deitado, [...] acompanhara os ruídos que o tropel de soldados pelas escadas acima fizera. De pé, oculto pelas trevas e pela cortina do leito, empunhando o bacamarte que lhe emprestara o porta-estandarte Francisco Machado, ao ouvir a voz de Vidigal (e) ia atirar no vulto dele, quando (f) mudou de resolução. Não quis derramar sangue inútil de outros soldados que, como êle, eram vítimas de culpas de outros. Gritou, por sua vez, ao tenente Vidigal, que esperasse que ia acender o candieiro, o que fêz tranqüilamente. Ao ouvir a voz de prisão que lhe foi dada pelo chefe da escolta, (g) entregou-se sem nenhuma resistência”.

Livro II, p. 249.

“(b) A escolta chegava à casa indicada e a cercava. (d) Atraído pelo barulho e tropel de fora, acorda Tiradentes, pega o bacamarte que está sobre a mesa e oculta-se nas cortinas do leito, disposto a reagir ao assalto dos militares. Na meia-luz do quarto divisa uma figura: (a) o alferes Francisco Vidigal Pereira, que (c) lhe ordena se apresente, pois está preso sob as ordens do vice-rei. (e) Pensa em atirar, (f) mas [...]. Não era contra ele que Tiradentes se erguera. Não era contra os próprios irmãos das milícias, nem contra o povo sofrido, mas contra a maldade dos ambiciosos, as manobras das cortes, a perversidade dos homens governantes. Abaixa a arma e (g) se entrega sem reagir”.

Livro I, pp. 169-170.

“**O sargento-mor** Vasconcelos **Parada e Sousa** escolhera o seu inimigo, **dr. Cláudio Manuel da Costa**, para vingar-se das sátiras das Cartas Chilenas. [...] Na mesma tarde, já haviam partido para o sítio de Vargem emissários seus que, depois de assassina-rem o genro e a filha de Cláudio e todos os de sua família e escravos, se apossaram de barras de ouro que se achavam ocultas e que seriam o tesouro da revolução. Quando foi demolida, há alguns anos, a velha casa do sítio da Vargem, forem encontrados, debaixo **do assoalho** da sala de jantar, sete esqueletos em perfeito estado, arrumados uns ao lado dos outros”.

Livro II, pp. 287-288.

[Barbacena] “enviou para render ao **Dr. Cláudio Manoel da Costa o sargento-mor** da cavalaria regular, **Parada e Souza**, que eu nomeara como Pardelas, nas **Cartas Chilenas** [...]. Parada e Sousa encaminhou-se para a fazenda onde sabia, dado a sua condição de espião do governador, devesse achar ouro e pedras preciosas. [...] Enraivecido, contentou-se com tirar o colar e brincos, mais alguns pertences de *D. Francisca, filha mais velha do Dr. Cláudio* e a todos matou, com requintes de perversidade que nem é bom relatar aqui. Feito isso, ordenou que se retirassem as tábuas **do assoalho** e se enterrasse os sete corpos dos infelizes que ele sacrificara”.

Ao afirmar que a família de Cláudio Manoel da Costa foi morta pelos repressores da conjuração e enterrada em seu sítio de Mariana, em 1789, Lima Jr ultrapassou os limites do método histórico; existe um documento nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, redigido em 1791, no qual a família desse conjurado apresenta-se às autoridades. Todavia, onde o ensaísta escorregou, a médium escorregou também, sendo essa mais uma das similaridades – ademais, quando não orientado, o texto “revelado” cai muito em erudição e qualidade, e passa a ver alaués na Grécia antiga etc. Observe-se também que, no texto “psicografado”, o “espírito” equivocou-se a respeito de quem foi a filha mais velha de Costa.

O historiador Márcio Jardim, em *A inconfidência mineira – síntese factual*, traçou uma interessante nota biográfica sobre Costa: até a conjuração de 1789, esse advogado era muito rico e nunca casou-se formalmente. Por mais de trinta anos, viveu amasiado com uma escrava, a mulata Francisca Arcângela de Souza:

“No ano de sua prisão, 1789, [Costa] tinha cinco filhos: **Maria Antônia Clara** (30 anos, **casada**), Feliciano Manoel da Costa (24 anos, pintor [...]), **Francisca** (22 anos), Ana (20 anos) e Fabiana (16 anos)”.

Jardim informa também que todos os bens de Costa foram tomados pelo governo português (há no livro uma descrição longa e minuciosa dos bens seqüestrados); em seguida, esse historiador comenta uma versão fornecida por Lima Jr, assim por ele recontada:

“[Lima Jr afirmou que] tão logo Cláudio Manoel foi preso, seus inimigos (tendo à frente o Sargento José de Vasconcelos Parada e Sousa) roubaram-lhe os bens e mataram todos os seus filhos, enterrando-os no assoalho da casa do Sítio de Mariana, uns ao lado dos outros. Não posso aceitar como incontestável essa afirmação, *visto que o autor não apresentou prova*; ademais, em 1791 (portanto, dois anos após a morte de Cláudio), os devassantes forneceram *um atestado* da situação de sua família em Vila Rica, *constante do processo, mostrando que sua viúva e filhos estavam vivos*, embora pobres; logicamente estavam pobres porque os bens do inconfidente haviam sido seqüestrados”.

Portanto, está claro que a hipótese de Lima Jr não tem prova (ele parece ter tomado como evidência decisiva a presença de pessoas enterradas no assoalho da casa do sítio de Costa - um provável equívoco, pois os mortos eram usualmente enterrados assim em Minas, tanto quanto no assoalho das igrejas, quando podiam pagar), mas há um documento que indica a sua falsidade, um certidão de família, estabelecida dois anos após a morte do conjurado, *de uma família que se apresentou* às autoridades.

Segundo Jardim, há um motivo para Lima Jr ter fornecido essa versão, uma hipótese auxiliar, o lendário *tesouro dos inconfidentes*. Sua origem parece remontar a versão proposta pelo historiador mineiro Salomão de Vasconcelos, que sustentou que os inconfidentes teriam confiado a Costa os recursos do movimento; segundo Vasconcelos:

“Correu de mão em mão, em Ouro Preto, e eu também o li, um velho documento extraído dos arquivos sobre o misterioso tesouro, causando isso a maior sensação naquela cidade. Era uma carta, escrita em resposta a Cláudio Manoel, por pessoa de sua inteira confiança, em que lhe dizia, entre outras coisas – “Conforme sua ordem, levei o tesouro com os escravos e o enterrei no lugar por V. Ex. indicado. Subimos rio acima um bom pedaço, chegamos até o ‘fojo’ onde V. Ex. costumava caçar quatis, andamos mais alguns passos, até o lugar da mina, e ali colocamos os fardos, a boca da mina com terras corridas. Depois, como V. Ex. também determinou, matei os escravos para não revelarem o segredo””.

Evidentemente, tal versão não é boa para a memória de Costa que, de vítima de homicídio, na hipótese de Rosólia, passaria a ser visto então como um cruel assassino. Contudo, é importante manter em vista o caráter conjectural de tais posições. Jardim prossegue, observando que o escritor Almir de Oliveira, em 1970, fez a seguinte narrativa:

“Há muito tempo, foi encontrada em Ouro Preto uma carta dirigida a Cláudio Manoel da Costa por um homem de sua confiança, seu empregado, na qual o missivista dá conta da incumbência que lhe confiara o inconfidente, de esconder certa quantidade de ouro, extraído de suas lavras e livros. Nessa carta, datada de 12/12/1788, pouco tempo antes de haver sido denunciado o movimento e já em plena fase de conspiração, o empregado de Cláudio Manoel lhe fala de seu mau estado de saúde (estava tuberculoso)”.

Segue descrito então um volume imenso de riquezas, o lendário tesouro dos inconfidentes, que teria consistido em 405 barras de ouro (de 3 ½ libras cada) e mais 214 arrobas de ouro em pó (3793 quilos de ouro, no total). Lamentavelmente, o documento citado (de improvável autenticidade) não foi conservado, o que faz com que seja necessário confiar ou não em suas notícias e que o seu valor jamais possa ser atestado (convém ser prudente, pois há documentos falsos circulando, além de versões falsas sobre a conjuração mineira também).

Por conseguinte, *a*) a história toda pode ser falsa, e *b*) a história pode ser parcialmente verdadeira. Na segunda hipótese, eu particularmente não creio na morte da família de Costa em 1789, e também não creio que um dia existiu um tesouro *dos inconfidentes*. A posição de Oliveira parece-me a mais razoável: Costa sabia que estava se envolvendo em uma empreitada perigosa, uma inconfidência e, como jurista, sabia que os seus bens poderiam ser tomados; assim, esse inconfidente teria antecipado-se e escondido uma parte substantiva de seus bens em um lugar que só ele conhecia, na zona rural de Mariana, valendo-se de um capataz tuberculoso (presume-se que às portas da morte), o qual manteve o segredo matando dois escravos. Como Costa morreu também, circunstância com a qual, claro, não contava (e por isso não contou à sua mulher e filhos dos bens escondidos – também não poderia contar que andara matando gente), a sua riqueza nunca foi descoberta. Essa versão explicaria porque a sua família continuou pobre, e também a razão de inconfidentes remanescentes e as suas famílias terem passado tanta necessidade, durante anos, após o movimento. Assim, o sumiço do hipotético tesouro seria explicado sem o apelo a uma versão contrária à documentação existente, segundo a qual a família de Costa teria sido sacrificada para ocultar o roubo de um tesouro.

Ainda quanto aos fatos, Gonzaga casou-se no degredo, em Moçambique, África, em 09/05/1793, com Juliana de Sousa Mascarenhas, “a moça que, sem apresentar provas, Maxwell diz ser viúva... [então com] 19 anos de idade, e [que] lhe deu dois filhos: Ana Mascarenhas Gonzaga (nascida em 1794) e Alexandre Mascarenhas Gonzaga. Juliana... era, realmente, analfabeta. Mas não viúva, e sim solteira. Veja-se a certidão de casamento em Ferreira, Delson Gonçalves, “Cartas...” pp. 44-46” (Jardim, p. 253).

Novamente, o texto “psicografado” escorrega onde um historiador errou, ao sustentar que Juliana “era jovem, morena e bela. Viúva prematuramente, tinha uma menina de nome Ana, que contava então uns quatro anos. A menina gostou de mim, pedia à mãe para pentear-me os cabelos”

(Vasconcellos, p. 334); em seguida, o “espírito” de Gonzaga afirma que “meu casamento... em 10/08 [1793] se deu” (idem, p. 338).

Temos aqui três problemas factuais, frutos da comparação do texto espírita com a história documental: 1) o “espírito” de Gonzaga erra na data de seu casamento; 2) não sabe a condição civil de sua esposa; e 3) alega que a sua filha, que haveria de nascer em 1794, em 1792 já vivia, não era sua, e tinha já quatro anos de idade.”

## FINAL

Uma queixa corrente nos meios espíritas é a de que uma tal “ciência materialista” não considera a posição espírita em suas reflexões, como se essa atitude resultasse do preconceito, de antipatia apriorística sem motivo ou passado; acerca da própria visão espírita da Inconfidência Mineira, em virtude do sucesso de público da obra de Vasconcellos, ouve-se a mesma lamúria contra imaginários “historiadores materialistas”. Todavia, no tema em questão, talvez tenhamos mais uma vez trombado com a verdadeira razão da prudência dos sábios relativamente ao espiritismo, a causa real do contencioso, entranhada na própria prática dos espíritas que, enquanto não encararem de frente e resolverem seus problemas internos, dificilmente poderão ser considerados externamente.

**MARCIO RODRIGUES HORTA**

doutor em filosofia pela USP/SP

funcionário do TRE/SP

radicado em Bragança Paulista

## BIBLIOGRAFIA

- JARDIM, Márcio; *A inconfidência mineira – síntese factual*. Brasília: Biblioteca do Exército, 1989.
- LIMA JR, Augusto de; *Pequena história da inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: edição do autor, vol. I, 1955.
- MAXWELL, Keneth; *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ROSÓLIA, Orestes; *Marília, a noiva da inconfidência*. São Paulo: Unitas, 1933.
- SANTOS, Lúcio J. dos S.; *A inconfidência mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- TORRES, Luis W.; *Tiradentes*. São Paulo: Oren Editora, 1977.
- VASCONCELLOS, Marilusa M. de; *Confidências de um inconfidente*. São Paulo: Radhu, 1987.
- VENTURELLI, Isolde H. B.; *Profetas ou conjurados*. Campinas: Edição da autora, 1982.